

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.163 - SP (2018/0129673-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : VMT TELECOMUNICAÇÕES LTDA  
**ADVOGADOS** : LUIZ COELHO PAMPLONA - SP147549  
EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA YOSHIKAWA E  
OUTRO(S) - SP155139  
**AGRAVADO** : SDT 3 CENTRO COMERCIAL LTDA  
**ADVOGADO** : SIMONE MATILE E OUTRO(S) - SP155534

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por VMT TELECOMUNICAÇÕES LTDA. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, a recorrente alega violação dos artigos 219, § 1º, e 263 do Código de Processo Civil de 1973 e do artigo 51, § 5º, da Lei 8.245/91. Afirma que o Tribunal de origem teria entendido que "*a interrupção do prazo decadencial previsto no art. 51, § 5º, da Lei nº 8.245/91 não ocorre com a distribuição da ação, mas somente com a citação do réu, momento em que, por força da lei, a eficácia extintiva retroagiria ao momento da distribuição*". Sustenta que "*Tribunal 'a quo' incidiu em diversos erros, que podem ser assim resumidos: i) aplicou à decadência o art. 219, § 10, do CPC/73, que dizia respeito apenas a prescrição; ii) invocou para tanto o § 4º I do art. 240 do CPC/2015, que além de não estar vigente na época dos fatos, é dispositivo sem correspondente entre os parágrafos do art. 219 do CPC/73; iii) falou em interrupção de prazo decadencial nos termos do art. 219 do CPC/73, quando o art. 207 do Código Civil expressamente afasta a existência de impedimento, suspensão ou interrupção do prazo decadencial; iv) ignorou que o afastamento da consumação da decadência pela simples propositura da*

*ação decorre do fato de que este é um efeito da litispendência sobre o autor e não sobre o réu". Entende que "em relação à decadência não é possível falar em 'interrupção' do prazo extintivo, como fazia o art. 219, § 1º, do CPC/73, como reconhece o próprio art. 207 do Código Civil". Argumenta que "em se tratando do exercício do direito de ação, seria de todo irrelevante a alteração ou não do polo passivo da demanda, diversamente do que entendeu o acórdão recorrido, vez que este como destinatário o Estado e não a parte contrária". Sustenta que a "emenda da petição inicial somente teria relevo para fins de consumação da decadência, como pretendeu o acórdão recorrido, caso o pedido de renovação fosse por ele introduzido, não tendo constado do ato postulatório inicial, ou se fosse incluído o pedido de renovação quanto a outro imóvel, porque aí clara seria a alteração do pedido de tutela jurisdicional, da pretensão apresentada ao Estado-juíz".*

As razões veiculadas pela agravante mostram-se relevantes, exigindo, assim, uma análise mais profunda.

**Ante o exposto, acolho o agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial a fim de permitir um melhor exame da controvérsia.**

Após a regularização do novo registro, voltem conclusos para julgamento do recurso especial.

Intimem-se

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**